

COP30: o imperativo da transição justa com trabalho decente



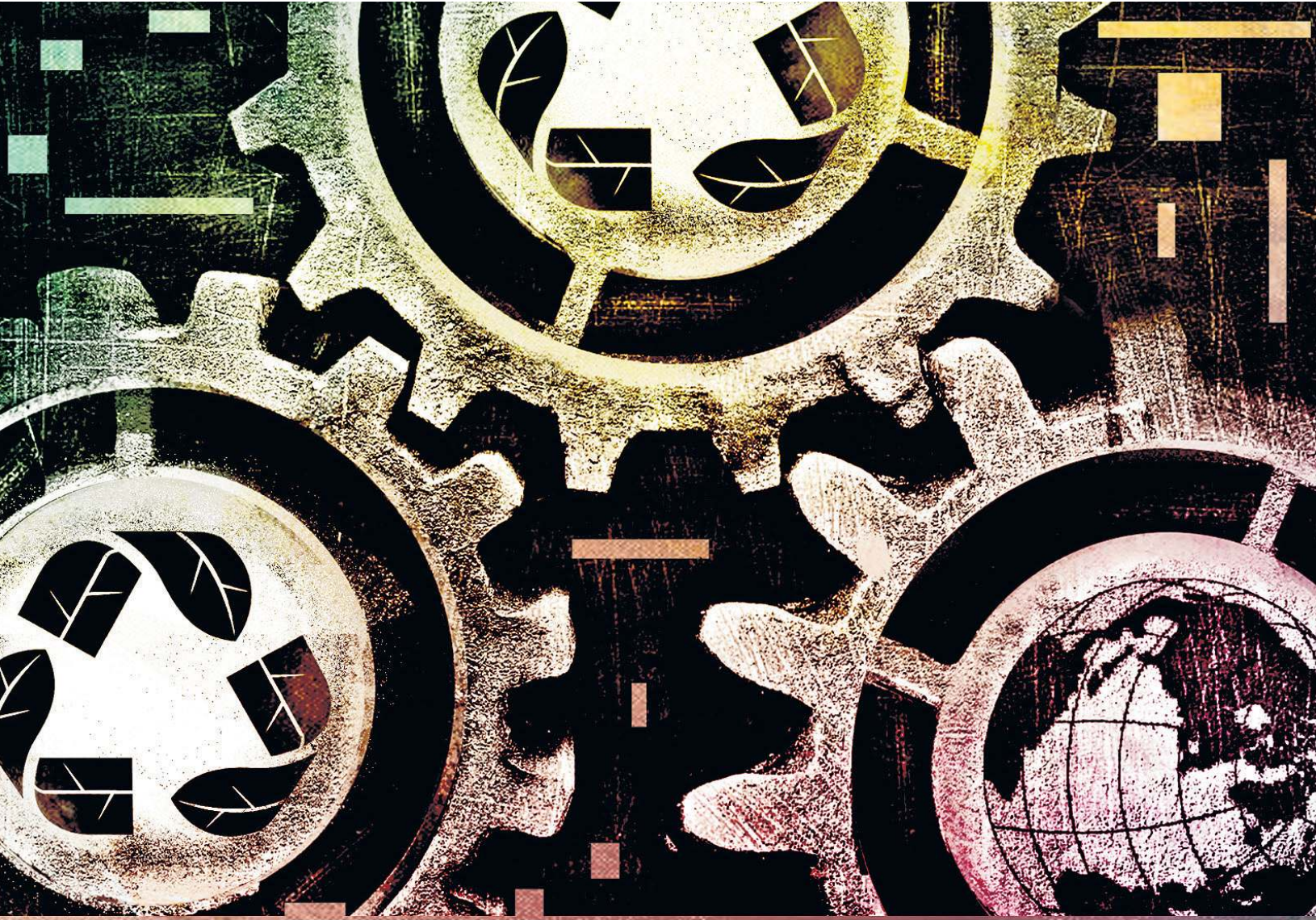
» VINÍCIUS PINHEIRO
Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasi

No balanço geral da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30), realizada em Belém, uma entre-ga merece um destaque especial: a criação de um mecanismo de transição justa para apoiar os países na proteção dos trabalhadores e das comuni-dades à medida que transitam para energias limpas. Esse avanço é uma demonstração concreta de que a crise climática transcendeu a esfera estrita-mente ambiental, consolidando-se como um de-safio estrutural que afeta o futuro do trabalho em escala global. O aumento das temperaturas globais impõe uma ameaça direta ao bem-estar dos traba-lhadores e à produtividade. Segundo estimativas da Organização Interna-cional do Trabalho (OIT), cerca de 70% da força de trabalho no mundo pode ser afetada pelo chama-do estresse térmico derivado das mudanças climá-ticas. As consequências são graves e multidimensio-nais, abrangendo o aumento de doenças cardiovas-culares, de pele, renais, respiratórias e a deteriora-ção da saúde mental, além da expansão de vetores

de doenças transmissíveis. A dimensão econômica dessa vulnerabilidade também é alarmante. O custo em horas de trabalho perdidas pode chegar a US\$ 2,4 trilhões em 2030, ou cerca de 1% do PIB mundial. Diante desse cenário, o imperativo de uma tran-sição justa para um modelo de desenvolvimento sustentável emerge como a única via equitativa e eficaz. É crucial ressaltar que essa transição não é apenas uma necessidade de mitigação; é uma fonte substancial de oportunidades. O setor de energias renováveis tem se mostrado como um dos mais dinâmicos do mundo, batendo recordes de geração de emprego a cada ano. Os últi-mos dados do relatório da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena) e da OIT mostram que, em 2023, o número de empregos no setor de energias re-nováveis chegou ao nível recorde de 16,2 milhões, um salto de 18% na comparação ao ano anterior, liderado por economias como China, União Europeia e Brasil. Celebrado com entusiasmo em Belém na plená-ria de encerramento da COP 30, o texto dedicado à transição justa coloca formalmente o tema do tra-balho no centro da governança climática global, ao decidir pela criação de um mecanismo, a ser entre-gue na próxima COP31, que deverá considerar, em particular, quatro pontos fundamentais. Primeiro, a promoção do diálogo social, dos di-reitos trabalhistas e do trabalho decente como ele-mentos fundacionais da transição. Segundo, o re-forço dos direitos humanos e a necessidade de in-clusão e participação plena de grupos vulneráveis

afetados, incluindo mulheres, povos indígenas, pes-soas com deficiência, migrantes e trabalhadores na economia informal. Terceiro, a importância da adequação dos siste-mas educacionais e de formação profissional para responder às necessidades de transição no mercado de trabalho e necessidade de engajamento do setor privado, em especial das micro e pequenas empre-sas. E, finalmente, a promoção da extensão de sis-temas de proteção social e a formalização do em-prego, além do reconhecimento da importância da economia de cuidados. O texto ressaltou, ainda, o papel essencial das Diretrizes da OIT para uma Transição Justa e do Acelerador Global das Nações Unidas para Empre-gos e Proteção Social, sinalizando um alinhamento inédito entre a agenda climática e a agenda social. A participação ativa de atores do mundo do trabalho — ministérios do trabalho, organiza-ções de empregadores e de trabalhadores — na COP30 reforçou a compreensão de que a estabi-lidade do clima é inseparável da estabilidade e da dignidade laboral. A "transição justa" não é uma opção, mas uma exigência ética e econômica para garantir que a cri-se climática não se converta em uma crise social e de emprego. O desafio reside agora na implementa-ção eficaz e financiada desses compromissos, asse-gurando que o desenvolvimento sustentável seja, de fato, um motor para a criação de emprego decente e para a realização da justiça social.

maurenilson freire



Para onde vão as emendas federais destinadas ao DF?



» FREDERICO BERTHOLINI
» JOÃO GABRIEL LEAL
» LUCIO RENNÓ
Integrantes do Observatório de Políticas Públicas do DF (ObservaDF)

Nos últimos nove anos, cerca de R\$ 2,27 bilhões foram injetados no Distrito Federal por meio de emendas parla-mentares federais. As emendas são instrumentos que permitem aos parlamenta-res direcionar recursos do orçamento federal para a esfera local. Idealmente, complemen-tam o atendimento a demandas que a buro-cracia federal não supre. Contudo, historica-mente, são vistas com desconfiança pública, por serem associadas a clientelismo e a me-canismos de troca política. O relatório deste mês do Observatório de Políticas Públicas do DF (ObservaDF) mer-gulhou em dados da Controladoria-Geral da União (CGU) para mapear como são gastos esses recursos no DF. Os valores dizem res-peito, essencialmente, às emendas indivi-duais e de bancada, que têm maior transpa-rência na destinação. É importante destacar que mudanças ins-titucionais recentes, como a execução obriga-tória de parte das emendas, alteraram profun-damente essa dinâmica. Além disso, o volume de recursos sob gestão direta do Legislativo aumentou exponencialmente. O Congresso Nacional ganhou um protagonismo inédito. Aqui no DF, o volume pago cresceu 81% no período, passando de R\$ 188 milhões em 2016 para R\$ 340 milhões em 2024. Os dados revelam padrões interessantes, especialmente em sua distribuição setorial. É aqui que as prioridades se tornam mais visí-veis, revelando quais políticas públicas estão no topo da agenda dos parlamentares. No caso do DF, a principal beneficiária desses recur-sos é, de longe, a saúde. O setor recebeu 48% de todo o valor pago no período, uma média de R\$ 121 milhões por ano. Se olharmos ape-nas as emendas individuais, essa concentra-ção é ainda maior, atingindo 59% dos recursos, o que nos coloca na nona posição nacional em destinação proporcional à saúde. Parla-mentares de estados como Rio de Janeiro (64%) e São Paulo (62%) alocam percentuais ainda maiores. Dois fatores principais explicam essa con-centração. Primeiro, a própria legislação, que obriga a destinação de metade das emendas à saúde. Segundo, e talvez mais relevante, a "malha" da saúde (via programas como For-talecimento do SUS e Atenção Especializada) parece mais estruturada para receber e execu-tar esses valores.

Embora a saúde domine a alocação de re-cursos, outros setores podem ser destacados. A educação figura como a segunda principal área beneficiada, concentrando 13% do valor total pago (média anual de R\$ 33 milhões). A segu-rança pública é o terceiro setor mais relevante, absorvendo 9% dos recursos (média anual de R\$ 23 milhões). Emendas destinadas à desporto e lazer (5%) e cultura (5%) completam essa lista. O padrão diverge do perfil observado nas emendas do orçamento distrital, que foram objeto do nosso relatório de abril deste ano. Demonstramos ali que os deputados distritais priorizam educação e urbanismo. Isso sugere uma "divisão de trabalho" não coordenada: a bancada federal no Congresso parece focar em políticas de alta complexidade e custo elevado, enquanto os distritais, na Câmara Legislativa (CLDF), focam em reformas em escolas e obras de infraestrutura urbana, que geram um retorno político mais direto e visível para o eleitorado. As destinações funcionam também como um espelho das visões de mundo dos diferentes espectros políticos. Parlamentares de direita concentram fortemente seus recursos na saú-de, destinando 65% para essa área, enquanto a cultura recebe menos de 5%. Já os parlamenta-res de esquerda, embora mantenham a saúde como prioridade (com 43%), promovem mais diversificação dos gastos. A cultura emerge co-mo a segunda grande prioridade desse grupo (23%), seguida por direitos da cidadania (12%). No fim, as emendas parlamentares refletem as disputas políticas que definem o acesso do cidadão a serviços públicos essenciais, via or-çamento. Acompanhar como nossos represen-tantes estão decidindo o destino desses recur-sos é fundamental para entender e participar ativamente da construção do futuro do DF.

O desenho institucional democrático conce-beu o legislador, primariamente, para fis-calizar e legislar, abrindo um pequeno espaço de ajuste para destinação de recursos locais. No entanto, o advento da impositividade, so-mado a robustos aumentos dos montantes em emendas, tem transformado esses legisladores, na prática, em provedores substantivos de cus-teio para políticas públicas. Como instituições e sociedade irão lidar com esse novo papel?

O chanceler alemão e seus problemas



» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

Duas semanas atrás, Herr Friedrich Merz, chanceler da Alemanha, fez uma declaração de desdouro ao Brasil, em especial à cidade de Belém, que o tinha recebido dias antes. Discursando perante uma seleta plateia na Associa-ção Alemã do Comércio, foi direto ao ponto: contou que se sentiu feliz de poder deixar "aquele lugar" e voltar a seu país após a visita de um dia que fez à COP30. De suas palavras, exalou profundo desprezo. O mundo estranhou a declaração. No Brasil, en-tão, ela causou forte rejeição ao personagem. Arguii-se que era de mau gosto tratar assim o país que o ha-via acolhido. Ficou, principalmente, a desagradável sensação de um visitante arrogante, que houvesse explodido devido ao acúmulo de pressões profissio-nais ou pessoais. Talvez, o calor equatorial tenha sido demasiado para seu fusível, que acabou queimando. Que ninguém tome este escrito por tentativa de desculpar o chanceler alemão. Não é esse meu pro-pósito. É que, quando o chefe do governo de um país importante age como esse senhor agiu, fico curio-so para descobrir o que lhe pode ter passado pela cabeça naquele momento. Excetuando raros líde-res como o atual presidente dos EUA, não é comum ouvir essa gente falando abobrinha.

Quando pisou o solo brasileiro em Belém, o se-nhor Merz estava a dois dias de seu aniversário de 70 anos. Talvez, o aproximar da cifra arredondada lhe tenha perturbado a ideia. Nem todos enfren-tamos de bom humor a entrada em nova década de vida. Excetuando essa desculpa anedótica, os caminhos atuais da política de seu país devem es-tar-lhe dando calafrios. Para os mais jovens, a queda do Muro de Ber-lim faz parte da história. Já para os mais antigos, foi acontecimento espantoso, acompanhado no dia e na hora. Este escriba teve o privilégio de assistir pe-la televisão ao vivo. Naquela noite de 9 para 10 de novembro de 1989, os principais canais da Europa suspende-ram a programação para transmitir as inacredi-táveis imagens que chegavam de Berlim, o povo aglomerado ao pé do Muro, centenas de jovens inebriados diante do inesperado momento de li-berdade, os carrinhos Trabant estalando e petar-deando ao transportar a passagem entre a Berlim-Este e Berlim-Oeste, gente a pé, gente de bicicle-ta, todos de sorriso deslumbrado, recebidos por uma turma também sorridente e solícita apesar da noite fria de novembro. Foram imagens que ficaram na retina para nunca serem esquecidas. Menos de um ano depois, estavam reunificadas as duas Alemanhas, que eram relíquias da divisão do país decidida na Conferência de Potsdam, em 1945. Assim, em princípio, a Alemanha Oriental (co-munista) e a Ocidental (capitalista) passaram a for-mar um único país. No entanto, passados 36 anos, as duas antigas Alemanhas ainda não formam um Estado uniforme.

O salário é um bom exemplo. Nos estados da antiga Alemanha Ocidental (capitalista), o salá-rio mensal médio é hoje de 4.810 euros. Já nos estados que formavam a antiga Alemanha socia-lista, o salário é de 3.973 euros. O número de de-sempregados é outro indicador da desigualda-de. Nos estados da antiga Alemanha Ocidental, a taxa é de 5,7% de desempregados, enquanto ela é de 7,5% nos estados orientais. A diferença dos PIBs per capita é ainda mais impressionante. No Oeste, 54.162 euros, e no Leste, 37.711 euros. O envelhecimento da população é outro indicador que denota a baixa atividade produtiva do Leste em contraste com o Oeste. Essas disparidades entre Estados alemães é peri-gosa. O permanente descontentamento da popu-lação da antiga Alemanha socialista é caldo de cultura propício à criação de partidos políticos saudosis-tas, que se aproveitam da insatisfação para se implantar e florescer. O AfD, partido da extrema direita xenó-foba e neonazista, professa ideologia nacionalista, excludente, antieuropeia e anti-imigração. A cada nova eleição, tem plantado raízes cada vez mais pro-fundas na antiga Alemanha comunista. Eis o exem-plo de um movimento que, a continuar crescendo, periga balançar a democracia alemã. Herr Merz é primeiro-ministro há somente seis meses. Além das dores de cabeça causadas por uma Ucrânia invadida pela Rússia e das contra-riedades do dia a dia, o chanceler tem esse pro-blema de conduzir duas Alemanhas que se en-temdem, mas não se compreendem. Ele não quer passar para a história como aquele que facilitou a volta do nazismo a seu país.